ANNO 4.º | Sexta-feira, 14 de Abril de 1911 | NUMERO 165

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSIGNATURAS (pagamento adiantado)

Anno (Portugal e colonias) . . . . . . 1$200 réis
Semestre . . . . 600 réis
Brazil (anno) moeda forte . . . . . . 2$500 réis
Avulso . . . . 20 réis
REDACÇÃO E ADMINISTRACÇÃO, R. Direita, n.º 108

DIRECTOR e editor — ARNALDO RIBEIRO
—(*)—
Propriedade da Empreza do DEMOCRATA

Officina de composição, Rua Direita—Impresso na typographia de José da Silva, Largo do Espirito Santo

ANNUNCIOS

Por linha . . . . 40 réis
Communicados . . . . 20 réis
Annuncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondencia relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

SEMANA SANTA

Sublime trindade: padre Fernandes, qual outro S. Francisco, recebe do Christo... d'Aveiro o abraço fraternal...
MIJARETA, ao lado, de respectivo emblema, sorri da sua obra...

Não vamos referir scenas miraculosas da vida de S. Francisco d'Assis, d'esse homem que no seculo XII encheu brilhantemente a historia do christianismo com a sua crença, até ao fanatismo e á suggestão, e com os actos da sua vida estreita e absolutamente ligados á sua fé cega e ardente nos principios religiosos.

Embora a nossa gravura seja a approximação d'uma outra que reproduz a scena do filho de Pedro Bernardone, que, do convento no monte Alverne, medindo no intimo do seu espirito a dolorosa paixão e morte de Jesus Christo, que a egreja hoje commemora; arrebatado pela grandeza de toda essa tragedia, identificando o seu espirito na celestial figura do pallido Nazareno, morto affrontosa e vilmente pregado n'uma cruz, estorcendo-se nas vascas pavorosas da agonia, emquanto os seus algozes, sorrindo do seu cruel soffrer, lhe jogam aos dados os seus vestidos; o stoico revolucionario que se defrontou a sós com a sua obra, porque os seus companheiros o abandonam e fogem covardemente á responsabilidade do seu quinhão na obra do mestre; Francisco de Assis, n'essa hora em que o seu espirito se approximava da immortal personagem do Golgotha—pareceu vel-a crucificada junto de si, e despregando do lenho, onde a crueza humana pela bocca dos grandes e dos poderosos affrontosamente o pregaram, um dos seus braços, com elle cingiu o discipulo dilecto, o grande propagandista da sua doutrina, do seu evangelho!

Francisco d'Assis suppunha receber o abraço do verdadeiro, do santificado Christo!

O Christo, como diz o poeta, *que está no azul do firmamento*, o Christo a quem se pede:

Uma estrella para cada escuridão,
Um allivio para cada soffrimento.

Mas a nossa gravura representa a allucinação diabolica, o despenhar d'um ente que podendo ser bom, prestavel, são, ouviu os maus conselhos d'um mau espirito, soprados e acalentados pela perversidade d'aquelle que, já perdido, mais alguem quizera perder com elle!

E' um *Christo*-diabo, que um anjo-mau ao seu dispôr, para elle leva os vaidosos, os imprudentes e irrequietos, que não sabem esperar...

Peccatum meum contra me est semper:—as tentações andam sempre a perseguir-me!...

Bem poderia dizer assim o padre Fernandes—mas não era isso attenuante para os actos da sua vida.

Essas tentações vieram do conhecimento da fraqueza do seu espirito, que abriga sentimentos injustificados, vaidades balofas, erradas convicções.

Conheceram e aproveitaram-nas e eis o padre Fernandes, na inversão da pureza de sentimentos de Francisco d'Assis—abraçando o *Christo*-diabo, que o affrontara publica e razamente, excommungando-o com os adjectivos mais infamantes, levado até ali pelo seu ajudante, que, a isso o demovera, vencendo as suppostas resistencias, que crêmos crêr, padre Fernandes apresentasse.

Lá está elle, lá está elle, representando aquelle celebre phariseu que levara a ceira com os prégos e a tanaz martelo para o sacrificio...

Lá está elle, lá está elle, com aquelle rictus que é todo uma epopeia de banditismo, de crapula, de infamia. E padre Fernandes, enlevado no falso sonho do seu triumpho e da sua vaidade, abraça e deixa-se cingir pelo *Christo* mais diabolicamente infernal, que Christo á terra deitou.

Esse *Christo* a quem padre Fernandes não póde, nem poderá nunca dizer com verdade, com fé e com ardôr:

Deo, parce peccatis meis:—Deus, perdôa os meus peccados.

Semana santa, semana santa! Dias que veem acordar no nosso espirito amargas reminiscencias de quanto doloroso não deveria ser essa tragedia, que termina com a dilacerante scena do calvario!

Dias que nos despertam mysticos effluvios, intima santificação por todo o drama tragico do Deus-homem, d'ollhar sereno e limpido que a morte empanou, [illegible]-lhe a fronte esbelta e divina d'onde, porém, lhe não poude apagar a auréola de luz e de amor.

E no auge do seu soffrimento pedia elle para os inconscientes que o torturavam, o perdão de seu Pae!

A grandeza incomparavel d'aquelle espirito!

Mas a padre Fernandes tal petição não abrange. Padre Fernandes não pode ser perdoado, suppômos nós peccadores. Padre Fernandes deu alento a todos os seus sentimentos ruins, ouviu as palavras animadoras do phariseu, sapo nogento, porco immundo, que todo o homem de bem deve repellir, e, ouvindo o cantico d'aquella falsa sereia, deixou-se embair, transigindo no pacto mais repugnante que imaginar se pode.

Padre Fernandes, cabe aqui dizer: *Quis potest facere mundum de immundo conceptum semine?:—Quem póde tornar limpa uma coisa concebida de semente corrupta?*

E foi, sem duvida, a corrupção que ahi levou padre Fernandes; a corrupção de sentimentos, de dignidade, de costumes!

Avolumaram as falsas razões de queixa; descobriram merecimentos inegualaveis, talento privilegiado; assopraram todos os motivos tendentes a exaltar ou ferir os sentimentos de padre Fernandes e eil-o, lépido e sorridente, depois de devidamente catechisado, no caminho da loucura; não da loucura que entristece e arrepia, mas da que enoja e revolta, e tão intimamente convicto da superioridade indiscutivel do seu gesto, que allucinado, suggestionado, qual outro S. Francisco, pareceu repetir-se com elle a scena d'outr'ora, não com o authentico Deus de amor e de bondade, mas com o *Christo* de pechisbéque, o *Christo* de lodo e de baixezas, com chagas purulentas, escorrendo podridões!

E padre Fernandes, n'elle se enleva, a elle se apéga, na esperança allucinada de futura grandeza e de destaque, emquanto o *Christo* se sorri e o phariseu contrae a face, maliciosa, ardilosamente.

Mas... Deus é grande omnipotente, magnanimo.

Não mediremos pela nossa, a sua justiça.

* * *

Semana santa, semana santa! Dias que nos enchem de intimo recolhimento passando pela nossa mente todas as agruras do soffrimento de Jesus, regado com as lagrimas ardentes de sua santa mãe, ungidos com os osculos da esbelta arrependida.

Talvez o attenda Deus, na sua infinita misericordia e pela sua sagrada paixão.

Padre Fernandes, conhecendo o erro, diga contricto, leal, conscienciosamente:

Amplius lava-me ab iniquitate mea: et a peccato meo munda-me: lava-me já das minhas iniquidades e limpa-me dos meus peccados!...

Deus o ouça...

EM DESCANÇO

(Carta retardada)

Sol da primavera a fecundar os campos.

Sol da liberdade a fecundar as ideias.

Ideal sacrosanto da Republica a acalentar as nossas almas, a encher de esperança os nossos corações; pharol rutilante que lanças a sombra para o passado e illuminas o caminho para o futuro.

Eu te saudo, Ideal Bemdito! Eu vos saudo a vós que trabalhaes para a imancipação das consciencias!

Meus amigos: ha perto de duas semanas que estou longe de vós; vêr a familia, mandriar um pouco.

Em breve estarei de novo em Aveiro, mas, emquanto estiver n'esta aldeia da Beira Alta, vou procurando fazer d'estes aldeões bons cidadãos, d'esta rustica aldeia, uma terra republicana.

Felizmente já encontro republicanos aqui. O grito da Liberdade sahido da capital do paiz, repercutiu-se de cidade em cidade, de aldeia em aldeia, de serra em serra, como o grito da Patria que atravessa as fronteiras, atravessa os mares e se faz ouvir na alma de todos os portuguezes a recordar-lhes o sonho da infancia, as cantigas dos namorados, a terra dos seus avós, isto é, o cantico da Alma Nacional: a sua Patria.

Mas eu estou cantando hymnos e ha tanto ainda que fazer...

N'estas aldeias da Beira, onde tanto se trabalha, os habitantes são bons e comprehendem bem o que seja a evolução das ideias, o que foi a revolução.

Mas o fanatismo, a oppressão e o *cacique* não os deixa emancipar.

O *cacique*, é o typo do ricaço d'aqui. Dizem-se republicanos, mas não querem assim a Republica; querem outros processos, anceiam pela formação dos partidos. Comprehendemos.

Elles, com este ou aquelle ministro ainda sympathisam.

Que grandes ratões. E' preciso fazer-lhes vêr bem que todas as leis promulgadas pelo governo provisorio são de grande alcance moral e social e que elles, e nós, só trabalhamos para o engrandecimento da Patria.

Mas agora me lembra um dito d'um meu amigo. *V. tem uma grande religiosidade pelos revolucionarios.* Tenho, emquanto não tivér provas do que não são dignos da minha defeza, e esse meu amigo bem sabe, que eu só sigo ideias e nunca homens.

Nem comprehendo que republicanos pensem d'outra forma. Sei bem que Danton, Robespierre e Marat, cahiram e a ideia triumphou. O que é preciso agora, é a união de todos que amam a Republica, e luctar para que triumphe a ideia da verdadeira democracia. Para a frente!

Lembra-me outro dicto do mesmo amigo, Alberto Souto, que me dizia, quando eu defendia os homens: *a vida é um carro, em que uns cahem e outros seguem.* E' verdade; mas alguns seguem, porque mais audazes atravessam a lama e voltam para a portinhola. Assim acontece a muitos republicanos, pseudo revolucionarios, que nos dias da revolução estavam como lagartos em dias de chuva, homens de absoluta confiança do regimen passado mas cataventos bandeando-se ao sopro do ue triumphasse.

Sejamos unidos, velhos e novos republicanos, adherentes sinceros qne eu saudo, e acautelemo-nos todos contra aquelles que, alegando-se republicanos, falceiam os principios, não querendo uma verdadeira clemencia.

Mas já me vou alargando em considerações, agora que estou em descanço; o resto ficará para quando tocar a sentido e seja preciso ir para a brecha.

Silvã—Penalva do Castello, 1 de abril de 1911

Tenente **Costa Cabral**

Doente

Recolheu ao leito bastante incommodada de saude, a estremosa esposa do sr. dr. Rodrigo Rodrigues, digno governador civil do districto.

Apetecemos-lhe um rapido e completo restabelecimento.

CIRCULAR

Ao governo civil chegou agora uma nova circular do sr. ministro da justiça, respeitante aos bens das congregações religiosas ha pouco extinctas e que publicamos para socego das almas candidas que porventura se tenham preoccupado com o destino a dar aos referidos bens.

Ex.^{mo} sr. governador civil

O nosso desenvolvimento historico fez-se atravez de asperas luctas contra a veacção clerical, que combatemos logo desde o inicio da nossa nacionalidade. Vencedores ou vencidos, assim posperámos ou decahimos. E a prova da resistencia fundamental da sociedade portugueza é que o predominio do poder civil sobre o clericalismo dictou leis, que, sob o velho regimen, varias vezes se violaram ou sofismaram, mas que nem os governantes mais servís á reacção conseguiram nunca derogar e abolir definitivamente.

Em resultado, porém, d'essas violações e d'esses sofismas, uma rêde de congregações clericaes se estendia pelo paiz, na metropole e nas colonias, quando a Republica foi proclamada entre nós. O governo provisorio, conscio de que tal era a obrigação que mais urgentemente se lhe impunha para a sua obra de confraternisação nacional, dissolveu-as de um golpe, aplicando as leis vigentes, que, como verificou, todas essas congregações, sem excepção de uma só, infringiam. Nenhuma tinha existencia juridica.

E a demonstração evidente de que todas ellas se haviam desvirtuado da sua prestina instituição religiosa, e que já não passavam de uma escrescencia patologica no organismo da nação, é que a dissolução se operou sem o minimo abalo social. Antes pelo contrario, a paz publica de que temos gosado, só assim se tornou possivel. O Estado portuguez respeita todas as crenças, mas reprime todos os excessos passionaes.

Dissolvidas as congregações clericaes, a quem se haviam de entregar os bens que ellas occupavam? A quem pertenciam? Ao Estado? A particulares? Não devia o governo provisorio assumir as responsabilidades de o julgar e decidir por si, dando propriedades a uns, recusando-as a outros, por um arbitrio que, por mais rectas que fossem as suas intenções, podia ser, embora sem razão, taxado de arbitrariedade.

Por isso, limitando-se a guardal-as tutelarmente, como lhe campre sempre, confiou com todo o escrupulo, essa decisão ao ministerio publico junto aos tribunaes communs, com recurso das partes para o proprio poder judicial, sendo ex-officio, *gratuito o processo perante o ministerio publico e concedendo-se a todas as reclamações a assistencia juridica.*

Que procedimento mais leal e mais probo e equitativo se podia adoptar? Quem acreditar sinceramente na justiça da sua reclamação, que esteja descançado. Tem titulos que a fundamentem? Apresente-os para serem apreciados sem demora, attentamente e imparcialmente, pela auctoridade competente, porque a todos que justificarem o seu direito, ser-lhes-hão de prompto entregues pelo governo os seus bens.

Queira v. ex.ª dar toda a publicidade a esta explicação.

Saude e fraternidade.

Pelos concelhos do districto

O delegado do governo acclamado pelos povos—Na Angeja e em Albergaria-a-Velha—O triumpho da Republica—Abaixo o caciquismo!

Mais uma visita o que equivale a dizer mais uma jornada proveitosa para as novas instituições que o sr. dr. Rodrigo Rodrigues, illustre governador civil do districto d'Aveiro pretende servir com aquella abnegação propria de todo o homem que põe acima dos interesses pessoaes o amor entranhado ao torrão patrio, que trabalha e lucta pelo seu engrandecimento e dia e noite se dedica, com afinco, á ardua tarefa da sua consolidação, que nos ha-de tornar felizes, que nos ha-de tornar ainda gloriosos, como no passado, respeitados e fortes, como ontr'ora acontecia a este Portugal, que a monarchia envileceu, arrastando-o para um abysmo de lodo em que esteve prestes a desapparecer para sempre.

Foi no domingo. No magnifico automovel do nosso amigo, sr. Manuel Pereira da Silva, que, com tanta galhardia, tem sido posto á disposição do illustre chefe do districto, tomam logar, além do seu proprietario, o dr. Rodrigo Rodrigues, tenente Costa Cabral, capellão Moraes, de infanteria 24, dr. Mello Freitas, Alberto Souto e o director d'este jornal, que, n'um abrir e fechar d'olhos, apparecem transportados á pittoresca freguezia de Angeja, de passagem para a séde do concelho, Albergaria-a-Velha.

Descrever o que aqui se passou é tarefa que nem sequer tentamos porque não ha palavas, termos que possam fielmente reproduzir a commoção que sentimos ao vêr as continuas manifestações de apreço e sympathia tributadas por todos os habitantes d'aquella laboriosa terra ao nobre governador civil, dr. Rodrigo Rodrigues, em honra de quem Angeja vestiu ás suas galas, engalanando as suas ruas e os seus predios e recebendo-o no meio de flores atiradas por mãos delicadas de mulheres, que das janellas se associavam ás enthusiasticas manifestações, que desde o sitio da Varzea até ao *Club Angejense* e d'aqui até á escola do sexo masculino, se repetiam incessantemente, ao som da *Portugueza* executada por uma phylarmonica e no meio do estalejar de continuos foguetes que de todos os pontos subiam ao ar, se cruzavam no espaço em que repercutiam tambem os vivas ao dr. Rodrigo Rodrigues, á Patria, á Republica, ao Governo Provisorio, ao povo de Angeja, ao seu progresso, etc., etc.

O dr. Rodrigo Rodrigues atravessou a pé toda a freguezia embandeira, entrou na escola do sexo feminino, cuja installação é pessima e nada hygienica e sendo convidado a ir ao *Club*, ali recebeu os cumprimentos da commissão parochial, das senhoras da terra e de muitas outras pessoas que enchiam as salas, sendo-lhe por essa occasião offerecido um formoso *bouquet* de flôres pela sr.ª D. Rosa Nunes Ferreira e pelas galantes meninas Diolinda Pereira e Alice Souto em nome da Commissão Parochial Republicana. Na sala maior, ornamentada com gosto e arte, é servido um abundante copo d'agua, erguendo em primeiro logar a sua taça, o sr. João Pereira Serrano, presidente da Commissão Parochial de Angeja, para saudar o illustre governador do districto de quem faz o elogio como homem e como magistrado, terminando por fazer votos ardentes porque se conserve por largo tempo no logar que tão dignamente occupa. Ergue vivas ao dr. Rodrigo Rodrigues, á Patria e á Republica, que são intensamente correspondidos.

Em nome do *Club* falla, a seguir, o sr. Antonio Pires d'Almeida, seu presidente, que reveindica para os angejenses todos ou quasi todos os melhoramentos que ali se teem feito pois são verdadeiramente patriotas e amigos da sua terra natal, como poucos. Levanta tambem a sua taça em honra do sr. governador civil com cuja visita Angeja se orgulha e jámais esquecerá pela honra com que foi destinguida.

O sr. dr. Rodrigo Rodrigues depois de lembrar que foi Angeja a primeira terra onde esteve a tratar d'assumptos politicos apoz a sua chegada a Aveiro, bebe egualmente pelos patriotas e ás prosperidades de Angeja por que promette interessar-se sempre que do seu auxilio necessite. E' muito applaudido recebendo de todos os assistentes uma calorosa ovação.

Depois do discurso do sr. dr. Rodrigo Rodrigues usaram da palavra os srs. Adelino da Silva Bastos, tenente Costa Cabral e Alberto Souto cujos discursos sugeriram ao dr. Rodrigo a ideia da constituição d'uma commissão para levar a effeito o levantamento d'um edificio escolar para ambos os sexos de que a freguezia tanto carece e que elle está prompto a patrocinar junto do governo provisorio da Republica. Escusado será dizer que as palavras do digno magistrado tiveram o melhor acolhimento ficando desde logo nomeada uma commissão composta dos srs. Manoel Maria Ferreira Souto, Antonio Pires d'Almeida, José Pereira da Silva, Antonio Dias Gomes, João Pereira Serrano, Manoel Bismark e Domingos Nunes Ferreira para levar a cabo tão importante como util melhoramento pelo qual, certamente, hão-de trabalhar todos os angejenses sem distincção de classes ou cathegorias.

O sr. dr. Mello Freitas brinda depois pelo sr. Manoel Pereira da Silva, um dos mais queridos e dos muitos benemeritos filhos de Angeja e o sr. capellão do 24 diz algumas palavras sobre os beneficios da escola terminando por erguer um viva á que vae ser levantada em Angeja. N'esta altura alguem lembra que são horas de partir para Albergaria. Effectivamente assim se reconhece motivo por que se fazem as despedidas e as salas do *Club Angejense* são abandonadas pelo sympathico visitante e de mais pessoas que não cessam de levantar vivas ao dr. Rodrigo, á Republica, á Patria e aos homens mais eminentes da democracia, emquanto das janellas cae uma verdadeira chuva de flôres apenas o digno magistrado apparece na rua e os accordes da *Portugueza* se fazem ouvir de novo até ao embarque, no extremo da freguezia e depois do dr. Rodrigo Rodrigues ter visitado ainda a escola do sexo masculino de que é professor abalisado e incansavel, o sr. Manoel Bismark para quem o chefe do districto teve palavras de louvor e justo elogio pela fórma por que a tem montada dentro dos minguados recursos de que dispõe, todos de iniciativa particular.

Deixámos então Angeja. E se é certo que festas tem havido de muito valor, de muito enthusiasmo, de muita cordealidade nos concelhos que o sr. dr. Rodrigo Rodrigues, tem visitado na sua qualidade de delegado do governo em Aveiro, a recepção preparada na Angeja, que é uma simples freguezia, não desmereceu em nada, antes esteve acima do que era de esperar, porque não houve ninguem que deixasse de se associar expontaneamente aos festejos, vindo para a rua, decorando com colchas e bandeiras os predios, dando-lhe, emfim, todo o enthusiasmo da sua alma para que resultassem brilhantes como nós os vimos, extraordinariamente bellos como todos os que, de fóra, os presenciáram, são unanimes em affirmar.

Muito bem, angejenses, muito bem.

Na séde do concelho

De Angeja partimos para Albergaria-a-Velha onde chegámos perto das tres horas da tarde.

A' entrada da villa tres bandas de musica tocam a *Portugueza*, rompendo da multidão, que aguardava o nobre governador, saudações a S. Ex.ª e á Republica, que pelo caminho se vão repetindo até á casa da camara onde lhe são dadas as bôas vindas pelo presidente da Commissão Administrativa, dr. Jayme Ferreira. Ali, o sr. dr. Rodrigo Rodrigues, agradece as provas de carinho com que o tem confundido, mostra, em palavras fluentes, a missão que os municipios tem a cumprir e termina por dizer que a politica da Republica é a politica da Patria pelo que todo o bom portuguez se torna obrigado a dar-lhe o seu valimento, trabalhando para ella e por ella como se para si fosse.

E' freneticamente applaudido e ovacionado com palmas e vivas.

O sr. dr. Rodrigo recebe em seguida os cumprimentos de varias auctoridades, tanto de Albergaria como do resto do concelho, depois do que sae em visita ás escolas onde é recebido pelos professores e alumnos, que sobre elle atiram flôres. Na escola do sexo masculino recebe-o o professor Joaquim Ferreira, que sauda o dr. Rodrigo em nome dos cidadãos do futuro, respondendo este com um substancioso discurso sobre a influencia da escola na formação do caracter e as vantagens da instrucção, que diz ser a base fundamental da emancipação dos povos. O alferes Gaspar Ferreira produz tambem um eloquente improviso sobre o mesmo assumpto, colhendo, ao terminar, fortes e prolongados applausos.

São 3 horas e meia da tarde. Na *Praça da Republica*, fronteira á casa da camara, ergue-se um tablado para onde sobem o dr. Rodrigo Rodrigues e muitas outras pessoas que o acompanham afim de se dar principio ao comicio annunciado pelas commissões de Albergaria.

O administrador do concelho convida então, para presidir, o chefe superior do districto a quem a multidão, que se aggloméra em volta, acolhe com palmas e vivas ao vêl-o adiantar-se e tomar o seu logar.

O dr. Rodrigo Rodrigues começa por agradecer a maneira captivante como foi recebido pelo povo do concelho d'Albergaria, depois do que, em phrase burilada, traça o paralello entre o que antigamente faziam os politicos da monarchia e o que agora se faz no regimen republicano, em que as proprias auctoridades não hesitam de vir á praça publica fallar ao povo e com elle trocar impressões, sempre uteis para a marcha dos governos que querem apoiar se no povo e com o povo querem viver. Refere-se ao que a Republica tem feito desde a sua implantação, aos beneficios que tem prestado á instrucção, etc. terminando por pedir o concurso de todos para a grande obra do resurgimento nacional que a Republica encetou e hade levar a cabo com honra para o paiz e orgulho de todos os patriotas sinceros.

E' demoradamente applaudido.

Como secretarios tomam logar na meza entre as manifestações que se produzem ao ouvir pronunciar os seus nomes, o reverendo prior d'Alquerubim, padre Francisco Pires de Miranda e dr. José Pereira de Lemos em seguida ao que é dada a palavra ao capellão de infanteria 24, depois ao dr. Mello Freitas, tenente Cabral, dr. Antonio de Pinho e alferes Gaspar Ferreira, cujos discursos são egualmente ovacionados pela assistencia, dando o sr. governador civil por terminado o comicio eram 5 e meia da tarde, pouco mais ou menos.

Entrementes preparava-se n'um dos salões do edificio municipal o banquete que lhe ia ser offerecido e que principiou apoz um curto passeio pela villa, occupando os logares d'honra, em volta do sr. dr. Rodrigo, o juiz da comarca, sr. dr. Antonio Lemos da Rocha; o delegado, dr. Antonio Maximo; o prior d'Alquerubim, reverendo Francisco Pires de Miranda; o presidente da Camara, dr. Jayme Ferreira; o contador, dr. Portal; dr. Francisco de Miranda e Amandio Cabral, sentando-se indistinctamente todos os outros convivas em numero, talvez, de cincoenta.

No meio da mais franca cordealidade decorreu o primoroso jantar servido pela conceituada *Confeitaria Parisiense*, do Porto, trocando-se ao *toast* os seguintes brindes, que passamos a resumir:

Do dr. Jayme Ferreira, presidente da camara, ao dr. Rodrigo Rodrigues, em nome do concelho. Do dr. Rodrigo Rodrigues, agradecendo. Do sr. dr. Juiz de Direito, ao ministro da Justiça; do dr. Francisco de Miranda, ao dr. Rodrigo Rodrigues; do dr. Carlos Barbosa, ao governador civil, ao povo de Albergaria e á Republica; do dr. Pereira Lemos, ao dr. Rodrigo; Amandio Cabral, em nome do dr. Nogueira Lemos, que pelo seu estado de saude não poude comparecer, ao dr. Rodrigo; do dr. José de Lemos, ao governador civil, ao governo provisorio e á Patria; do padre Pires de Miranda, tambem ao governador; do tenente Costa Cabral, ao dr. Manuel Cruz, ás creanças de Albergaria e ao governo provisorio; do dr. Manuel Cruz, ao governo provisorio, ao dr. Rodrigo e ao tenente Cabral; do capellão do 24, ao dr. Rodrigo, symbolo da Republica; do dr. Juiz, ao governador civil, pelas sympathias que tem conquistado no districto e particularmente no concelho; do alferes Gaspar Ferreira, á Patria; do dr. Carlos Barbosa, ao administrador do concelho; de Patricio Theodoro Alvares Ferreira, aos drs. José de Lemos e Nogueira de quem faz o elogio pelos serviços prestados ao concelho; do dr. Mello Freitas, ao dr. Pereira Lemos, pelos bons exemplos que lega a seus filhos; do alferes Gaspar, pela alma nacional, pela forma republicana e pela trindade bemdita que sinthetisa a Liberdade, a Egualdade e a Fraternidade e pela mulher portugueza, a educadora da nova geração que hade formar o futuro da patria e por fim, outra vez, do capellão de infanteria 24, tambem á mulher portugueza e á democratisação do paiz.

São mais de 10 horas da noite. Trocam-se as ultimas impressões d'esse dia e começa-se a fazer os preparativos para a viagem. O *chauffeur* annuncia que o automovel está prompto.

O dr. Rodrigo Rodrigues desce então a larga escadaria acompanhado por todos os convivas, de quem se despede, e ahi largamos em direcção a Aveiro emquanto no espaço revoam ainda os ultimos vivas a S. Ex.ª, á Patria, e á Republica, correspondidos por todos com enthusiasmo e frenesi.

Ao passar por Angeja, o dr. Rodrigo é ainda alvo de quentes manifestações por parte d'aquelle bom povo, podendo-se dizer que o dia de domingo foi bem ganho para a Republica, que assim se vae radicando cada vez mais no espirito dos portuguezes.

Melhoramentos locaes

A nova Avenida da Vera-Cruz á estação—Proposta da Commissão Administrativa

Tem-se dito tanta coisa á roda do projecto da nova avenida da Vera-Cruz á estação e prolongamento da Avenida Bento de Moura, que, apezar de não termos procuração da Commissão Administrativa do Municipio, julgamos dever nosso aclarar, dedicando ao assumpto tambem o que se nos afigura rasoavel.

Affirmam por ahi, que tal avenida se não fará e que tal projecto é impraticavel.

A primeira asserção só póde ser produzida por quem se julgue, não um descrente, mas um mal intencionado, lançando aos quatro ventos bafuradas de repugnante ostentação de *todo lo manda*; quanto á segunda, é filha da mais crassa ignorancia.

O projecto de uma arteria ligando o centro da cidade com a estação do caminho de ferro, não é novo.

As vereações dos ultimos annos tem tentado realisal-o, de tal fórma se tem insinuado, na opinião publica, a sua necessidade. De facto, o trajecto tortuoso para a estação, atravez de ruas em zig-zag, sombrias e estreitas, a que se segue uma rua larga orlada de curraes e montureiras, onde a toda a hora do dia, não sabemos ainda bem porquê, se faz movimento com o producto que abrigam, reclama no interesse do progresso da cidade de Aveiro, que se faça o trajecto por caminho mais consentaneo com as aspirações modernas.

Surprehendeu-nos, por isso, a noticia do começo dos trabalhos de uma avenida do Côjo á passagem de nivel de Esgueira, mas vimos com o maior jubilo, que o digno presidente da Commissão Administrativa, o cidadão dr. Carlos Coelho, procurou pôr impedimento á consummação de um contracto, que, a fazer-se,

seria o inicio de uma obra improductiva. Conseguiu-o, cumprindo-nos não o esquecer.

Com effeito, tal projecto só podia ter a justifical-o o titulo—variante da estrada nacional n.º 41, da cidade á passagem de nivel. De resto, pouca utilidade, porque uma rua parallela ás ruas do Gravito, do Carmo e de Sá, pois assim se póde considerar, tal a curta distancia a que passava, de nenhum interesse seria para a cidade.

Se aquelle titulo serviu para justificação ás estações superiores, da necessidade da avenida ou rua, que seguisse a directriz Côjo-passagem de nivel, não vêmos razão em que fosse prejudicada a intenção, se o projecto tivesse o titulo de variante da estrada nacional n.º 41 ao ramal da estação—que é a directriz agora reclamada pela Commissão Administrativa do Municipio, para o projecto de avenida entre a rua Manuel Firmino, fazendo parte d'aquella estrada e o Largo da Estação.

Resta-nos dizer da exiquibilidade da nova avenida, para que se continue a apavorar a cidade, com a previsão de ficar immersa nas trevas, depois de sacudida por um tremendo abalo, produzido pela explosão, que o camartelo demolidor, provocaría, ao tocar no gazometro da Companhia do Gaz. Descansem todos; a avenida passará e o gazometro ficará intacto.

Devemos ainda esclarecer, que a directriz da nova avenida não é projectada para o cimo da porta central da estação, porque essa está sempre fechada e ámanhã mesmo póde converter-se n'uma janella, mas para o Largo da Estação, que, com maior dispendio de ideias do que de dinheiro, póde facilmente receber a nova arteria.

Mas o ponto capital da questão é o dinheiro, que, dizem, já estava arranjado para a avenida da passagem de nivel, com paragem na rua da Estação, e que não passava de umas centenas de mil réis, sufficientes, quando muito, para a compra de uma casa.

Esse projecto estava orçado para a primeira parte em 16 contos de réis e a segunda em 26; total 42 contos.

Ora, se a Direcção das Obras Publicas tinha ordens para começar tal obra com algumas centenas de mil réis tomando assim o compromisso de levar ao fim a dita avenida, não vêmos razão para que a verba e bôas intenções postas ao serviço d'aquella, não possam ser aproveitadas para o novo projecto.

O projecto da avenida da Vera-Cruz á Estação, é exiquivel, porque não é dispendioso, porque estabelece trajecto rapido com a estação, porque offerece magnificos terrenos para construcção de predios e porque convém aos interesses da cidade.

Para se conseguir basta um pouco de esforço e bôa vontade, mas em primeiro, urge proceder ao levantamento da planta parcellar dos terrenos comprehendidos pelo polygono formado pelas ruas do Seixal, Americano, Estação, Carmo e Gravito, como foi pedido pela Commissão Administrativa, e no que podia ser applicado o pessoal das Obras Publicas, que terminou ou está prestes a terminar o serviço da planta topographica de Ovar. Demais, que será serviço de pouca demora, porque a maior parte do trabalho está feito.

Além da bôa vontade das pessoas honestas, confiamos nós no illustre Governador Civil do districto, que continuando a pugnar pelos interesses da cidade, como sobejamente tem manifestado, não permittirá que permaneçamos no periodo de obstruccionismo de quem quer que queira, por capricho, por vaidade, por odio, pôr entraves ao progresso de um povo.

O Democrata—vende-se em Aveiro, no kiosque da Praça Luiz Cypriano.

PELO DESCANSO DOMINICAL

Na cidade de Leiria acaba de se constituir uma commissão de propaganda do descanço dominical composta de todas as auctoridades e representantes de varias associações, que fez expedir aos governadores civis dos districtos e a outras entidades a quem o assumpto interessa, a seguinte circular com a qual absolutamente concordamos, dando-lhe todo o nosso appoio:

Os abaixo assignados, presidentes de varias collectividades e representantes de todas as entidades politicas e administrativas locaes constituiram-se em Commissão de Propaganda do *Descanço Dominical*, convencidos que este só poderá conquistar-se, promovendo a favor da idêa um movimento geral em todo o paiz e tentando provar assim ao Governo Provisorio ou ás Camaras Constituintes se o povo portuguez reclama ou não a reconquista do domingo como medida de progresso e salutar regeneração de costumes.

Julga esta commissão, vindo solicitar o vosso valioso concurso para esta campanha, cumprir um dever patriotico, convidando todos os que se interessam pelo bem estar e progresso da sociedade portugueza, a prestar por esta fórma altamente democratica uma valiosa colaboração ao Governo Provisorio elucidando-o sobre a corrente de opinião n'um assumpto que, certamente, não teve a solução radical que por motivos obvios era para esperar d'um governo democratico ademais sahido de uma revolução popular.

Na situação em que o colocou a actual lei, o problema continuará questão aberta indefinidamente, e não terá solução satisfatoria emquanto fôr apreciado apenas sob o ponto de vista restricto de interesses em jogo de localidades para localidades; interesses que em virtude de uma medida geral não soffrerão abalo algum, e terão, pelo contrario a vantagem de trazer incontestaveis beneficios moraes para a sociedade portugueza e apreciaveis vantagens politicas para as novas instituições.

Infelizmente a lei promulgada pelo sr. ministro do interior deixando ás Camaras Municipaes ou Juntas de Parochia a competencia de em ultima instancia regulamentar e *designar o dia de descanço semanal*, em nada altera o estado anarchico em que o paiz se encontra desde a instituição do descanço semanal pela lei de João Franco.

Este estado absolutamente anormal, que não encontra semelhante em paiz algum da Europa, resulta simplesmente do facto de em numerosas terras do paiz, embora ellas constituam *excepção á regra geral*, se realisarem feiras e mercados dominicaes.

Removido, pois, este obstaculo, que ninguem ousará classificar de necessidade imprescindivel á vida da nação ou mesmo d'estas terras, por isso que a dentro de fronteiras não faltam exemplos para contra prova, ficará o problema reduzido ao aspecto elementar e á conta de difficuldade minima pela simples regulamentação do descanço semanal das classes que chamaremos: umas, as victimas do descanço dominical, e outras, os orgãos indispensaveis á vida normal d'um paiz.

Isto é, reduzir o mal á sua extensão minima o que ainda se realisa reduzindo ao minimo o texto da lei, que deverá, em nossa opinião, resumir-se ao seguinte:

Art.º 1.º—O domingo, dia de descanço official, será observado por toda a população portugueza.

Art.º 2.º—São transferidos para dias de semana, á escolha dos municipios ou juntas de parochia, os mercados e feiras dominicaes.

Art.º 3.º—Será objecto d'uma regulamentação especial o descanço semanal das classes que por natureza das suas profissões não possam no todo ou em parte participar do descanço dominical.

Toda a lei, n'este sentido, que não tiver por base o principio do descanço universal seja elle ao domingo ou em outro qualquer dia, erra o seu principal objectivo. Não só será sophismado por todas as fórmas, pela impossibilidade da sua fiscalisação, mas tornar-se-ha pouco mais que improficua e em vez de corresponder a uma necessidade civilisadora e da ordem, normalisando costumes estabelece, para favorecer uns á violencia para outros, como presenceamos em muitas terras de provincia onde o *commercio em dias de semana e de trabalho recusa á industria os indispensaveis meios para o seu livre exercicio.* E' ainda na provincia, onde existe a mais anachronica diversidade de descanço, variando o dia de terra para terra, que a livre e natural expansão commercial é coartada por uma lei imperfeita, infelizmente ainda tolerada pela Republica.

Todavia, ninguem ousará affirmar que as condições sociaes e economicas da população rural portugueza sejam inadaptaveis a uma medida de salutar progresso, quando a visinha Espanha conquistou o descanço dominical sem que isto causasse ao paiz qualquer abalo economico ou perturbação de ordem maior. Affirmar o contrario seria condemnar a propria obra da Republica.

E' inutil determo-nos na enumeração dos inconvenientes do actual systema do descanço alterado de classes. Basta lembrar a vida do commerciante nas terras onde vigora o mercado dominical; vida imperfeita para não chamal-a de voluntaria escravatura, por isso que a renuncia do domingo de fórma alguma encontra compensação no descanço em qualquer dia de semana, em que ordinariamente elle se vê privado do convivio da familia ou dos filhos que gosam o descanço ao domingo, longe da salutar vigilancia dos paes.

Este ponto que é de capital importancia, pois sendo o descanço semanal sob a actual fórma um obstaculo a uma regular vida de familia e como tal contribuindo incontestavelmente para a dissolução dos costumes e crescente falta de educação da mocidade de hoje, valia por si só, e justificaria plenamente a nossa propaganda em favor do descanço dominical se outros aspectos da questão pela sua importancia collectiva e politica não a aconselhassem.

Mas antes de analysar o problema sob este aspecto seria injusto não nos lembrar-mos de uma importante classe, a dos empregados de commercio, que, tanto pela lei de João Franco como pela actual, ver-se-hão privados de participar do descanço dominical nas muitas terras onde se realisam mercados aos domingos; e esta numerosa classe recrutada em grande parte dentre o que de melhor nos pode offerecer a população rural, precisa ser integrada no domingo para livremente poder participar e integrar-se na vida nova d'uma Patria nova.

E o que quer dizer uma Patria nova nos ensinam sobejamente os paizes onde governos sabios e progressivos tem sabido despertar e fomentar de um modo pratico o culto pela Patria.

Ahí vemos o homem labutando os seis dias de semana destinados a tratar cada um da sua subsistencia material quando o setimo o dedica ou á familia ou á Patria na proporção do desenvolvimento de civismo e comprehensão do seu papel de cidadão.

Não pódem, por isso, as novas instituições, confiadas á guarda de homens que bem conhecem as multiplas fórmas, como lá fóra o cidadão presta o culto dominical á Patria, esquecer a importancia do domingo e muito menos prescindir de um factor social que ha de beneficiar a Republica com o seu indispensavel sôpro vivificador.

O domingo de ámanhã, o domingo da Patria nova, destinar-se-ha aos jogos desportivos, exercicios de tiro, excursões collectivas ou de familia para o campo afim de que ao contacto da natureza, que tão prodiga tem sido para este recanto da Europa, se radique nas populações urbanas tão arboricidas hoje, o culto pela natureza. Serão ainda as festas escolares reunindo freguezias, será a palestra do educador, do profissional, que em missão dominical instrua sobre questões agricolas ou sociaes as populações do campo.

Vêde pois, como bem guiada e aproveitada a bôa vontade de muitos que collossal tributo em devoção civica e patriotica não póde a Nação prestar á Republica se este movimento fôr inteligentemente fomentado por todos os que dedicam sincero amor á Patria e ás instituições; mas para isso *dae primeiro o domingo ao povo* se não quizerdes ver limitada a obra da Republica á capital e a algumas cidades mais.

Expostas, assim, singelamente, as razões que nos levaram a iniciar a campanha em favor do descanço dominical, vimos solicitar o vosso concurso, pedindo a vossa valiosa adhesão seja adherindo aos termos da moção apresentada pela commissão de propaganda, seja em termos concordantes com os mesmos principios.

. . . .

No momento em que novas instituições procuram despertar a vida politica do povo portuguez e gradualmente integral-o na comprehensão dos seus deveres civicos e garantias politicas, a nossa propaganda, realisada por uma fórma tão democratica, merece, julgamos, a devida consideração de todos os que se interessem, por dever ou necessidade, pelas questões de ordem social.

Por isso, e para que o nosso esforço resulte util e seja a expressão nitida da opinião publica perante a questão que se agita, pedimos, sobretudo, o valioso concurso das associações commerciaes, entidades administrativas e commissões partidarias, lembrando-lhes que o nosso commum esforço em prol d'uma causa que é a da Patria e das Instituições conseguirá aplanar o caminho para a integral execução de medidas patrioticas como é a recente lei do recrutamento, que á similhança do que se pratica na Suissa, exige do povo portuguez o *tributo civico dominical* irrealisavel nas actuaes circumstancias.

Saude e Fraternidade

Leiria, em 30 de março de 1911.

(aa) *Ernesto Korrodi, Adolpho Augusto Leitão, Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, Antonio Maria da Silva Barreto, Gaudencio Pires de Campos, Ignacio Verissimo d'Azevedo, José Carlos Affonso, João Miranda, Antonio da Costa Brites, General Honorato Alfredo Estrella, Antonio Rodrigues de Oliveira.*

Manifesto

Recebemos da Commissão Parochial Republicana da freguezia de Pombal um bem redigido manifesto em que apresenta ao povo varios esclarecimentos ácerca do novo regimen fazendo assim o que se chama boa propaganda.

Os nossos applausos.

Theatro Aveirense

Effectuaram-se na segunda e terça-feira as duas recitas pela companhia do *Nacional*, de Lisboa, que aqui annunciámos, agradando só a da primeira noite.

As casas estiveram quasi cheias.

O José dos Melros

Morreu no hospital o antigo guarda do Passeio Publico, conhecido por este nome, e a quem os estudantes, que n'outros tempos cursaram o lyceu d'Aveiro, tanto arreliaram.

Paz á sua alma.

SANEAMENTO

A syndicancia ás Obras Publicas

Continuam os depoimentos—Porcarias, falcatruas e indecencias —Quem fala verdade? — Ainda a "Beira Mar,,

Insistimos e insistiremos. E'preciso que da syndicancia que se está fazendo á direcção das Obras Publicas alguma coisa saia que se não pareça com o passado, antes dignifique o presente, mostrando que a Republica se não fez para pactuar com crimes ou proteger criminosos. E' preciso mais: é preciso que o sr. Pereira Dias se convença de que o que aqui lhe temos mostrado, transcripto do jornal de que era director o *monarchico* Jayme Duarte Silva, é tão grave, tão grave, que das duas uma: ou essas accusações se provam e uma bafurada de justiça vem pôr no são o que tão pôdre parece estar, ou se não provam e, n'esse caso, é de todo o ponto impressindivel que seja chamado á responsabilidade, como diffamador, quem mostrou ser tão preverso, fazendo accusações descabidas, por odio pessoal ou outros quaesquer motivos. Não. Jayme Duarte Silva, que nós sabemos já ter sido chamado a depôr por mais d'uma vez, mas que até hoje ainda se não dignou comparecer, allegando falta de tempo, affazeres e qualquer coisa mais, no intuito, talvez, de se esquivar, como é seu costume, apezar do empenho que mostrava ter de ser ouvido, não póde, seja como fôr ou de que maneira fôr, ficar callado. Tem de fallar. A bem ou a mal, tem de fallar. Hade saber-se a que obedeceu a sua campanha ás Obras Publicas. Hade-se saber se ella foi levantada com intuitos nobres ou se, pelo contrario, a ella presidiu o rancôr contra alguns empregados que lhe não eram affectos, nem commungavam nas suas ideias politicas. O que se escreveu na *Beira Mar* não é grave, é gravissimo. Não o desconhece, n'este momento, o sr. Pereira Dias que ahi foi mandado syndicar a repartição que o sr. Paulo de Barros dirige, pelas transcripções que d'ella temos feito e continuamos fazendo. E' facil, portanto, operar e operar com acerto. Assim o queira o sr. Pereira Dias, em quem absolutamente confiamos, porque nos dizem ser um homem honesto e de caracter.

Vamos a vêr. E como ainda temos cá mais, da *Beira Mar*, para juntar ao libello accusatorio, ahi vae, sem restricções, para se aproveitar o que fôr necessario:

E syndicancia... nada.

E' commoda a resposta que nos tornaram a mandar, por intermedio do *Progresso de Aveiro*, os srs. Paulo de Barros e Bandeira Neiva.

Mandam-nos transcripções de umas gazetas que lhes fazem elogios. E mandam-nos tambem dizer que ninguem approva a nossa campanha e ninguem está ao nosso lado.

Pois, cavalheiros, enganados andaes. As vossas obras estão bem á vista, por ellas se falla ha muito tempo contra vós, e nós não somos mais do que um echo insignificante d'esses antigos rumores que se sentem contra a vossa conducta na direcção das obras publicas do districto.

Pois se até o sr. Governador Civil do districto, o substituto, que agora é tambem director do *Progresso de Aveiro*, se associou a esses rumores, e tão bem como este vosso creado conhece todas as irregularidades, todas as falcatruas, todas as roubalheiras que, de ha muito, se veem praticando nos serviços publicos de que vós tendes a superintendencia e a fiscalisação!!

Se até elle!!!

Como é então que ninguem nos louva a campanha, como é então que ninguem está ao nosso lado?!

Pois não sabe o sr. Governador Civil substituto do districto de Aveiro, que, tantas e tantas vezes, se atirou a vós por não vos opporddes a esse completo descalabro da causa publica, o que vae por essa casa, e o que se faz contra os interesses do Estado e do Povo?

Pois o proprio sr. Governador Civil effectivo, perante o director da *Beira Mar*, do sr. Vigario Pato e dos srs. Antonio Augusto e João Maria Amador, em pleno governo civil, não ouviu do sr. Alberto Ferreira Pinto Basto as mais asperas censuras ao vosso serviço, e não chegou aquelle importante proprietario da Ermida a declarar—em face do que ia vendo que se fazia por essas estradas fóra e da impunidade em que todos vós ficaveis—*que não valia a pena ser honrado*, attenta a protecção que se estava dando aos delapidadores dos dinheiros publicos?!!

Como é então que ninguem nos louva a campanha, como é então que ninguem está ao nosso lado?!

Pois não sois vós proprios ao nosso lado?

A pressa com que se ordenou ao chefe de conservação Manuel Maria Amador que largasse barcos e rêdes e o seu cantão para ir, no cantão de Aveiro a Mira, dirigir urgentes obras, para as quaes não foi concedida agora qualquer verba, não é a confirmação de que vós proprios estaes ao nosso lado, a applaudir e a dar razão a este vosso creado?

Não foi depois da campanha aberta pela *Beira Mar* que vos resolvesteis a dar um passeiosito até Mira para vereficardes essa verdadeira desgraça, onde se não tem gasto um quinto da verba que as folhas d'estes ultimos tres annos mencionam como gasta?

E, no entretanto, nas folhas das ajudas de custo, quantas vezes figuraes vós como passeando aquella estrada?

Ha tres annos, quantas vezes percorreu a estrada de Aveiro a Mira o sr. Paulo de Barros?

E quantas vezes metteu em folha esse percurso?

Ha tres annos, quantas vezes percorreu a mesma estrada o sr. Bandeira Neiva?

E quantas vezes metteu em folha esse percurso?

E esse passeiosito que o inspector vos obrigou a dar não vos trouxe a certeza de que nós vimos dizendo a verdade?

De que o dinheiro que ha muitos vem sendo dado para a estrada de Aveiro a Ilhavo tem sido empregado em tudo menos nas obras d'essa estrada, na sua conservação e reparação?

Sim, porque positivamente isto foi reconhecido pelos srs. Paulo de Barros e Bandeira Neiva, porque elles proprios ficaram admirados e surprezos do estado em que, na sua visita de ha dias, encontraram a referida estrada.

D'esta fórma não podemos dizer que não estejamos em boa companhia.

Muita gente está comnosco e até os accusados, os proprios accusados que, com a maior ingenuidade, vieram reconhecer que ha muito estão embolsando as ajudas de custo, sem que percorram as estradas a seu cargo.

Não tem, pois, o *Progresso de Aveiro* razão quando nos diz que estamos sós.

Estamos muito bem acompanhados.

* * *

Mas a que se deve a defeza aberta pelo *Progresso?*

Sendo certo que o sr. dr. Joaquim Peixinho é d'aquelles individuos que, como tantos outros, tem censurado, verberado e accusado a repartição das obras publicas pelas verdadeiras falcatruas que ali se fazem nos serviços que dizem respeito á conservação e reparação das estradas; sendo certo que o sr. dr. Joaquim Peixinho é d'aquelles que mais sabe, e, tantas e tantas vezes, deante de nós aludiu a todas essas poucas vergonhas que envergonham uma terra, a que se deverá a attitude do orgão do partido progressista em defeza dos srs. Paulo de Barros e Bandeira Neiva?

Francamente: não ha pessoa alguma que descubra a razão de esta reviravolta do illustre director do *Progresso de Aveiro* que sempre em tanta conta tem os interesses da sua terra e a moralidade dos costumes.

Ninguem a comprehende.

Está claro que nem pela cabeça nos passa que o sr. governador civil substituto não sustente as suas antigas doutrinas ácerca dos serviços das obras publicas, e sendo assim tambem não ha quem possa entender a desharmonia entre o jornal e o seu director.

N'esta altura da *caveira de burro* é realmente de attentar o procedimento do *Progresso*, mórmente quando elle ainda não demonstrou que os srs. Paulo de Barros e Neiva não embolsavam ajudas de custo que lhes não eram devidas; quando ainda não demonstrou terem-se applicado com legalidade e verdade os dinheiros fornecidos pelo estado para as varias obras e reparações das estradas.

Afinal o que é que veio até hoje de definitivo em defeza do sr. dr. Paulo de Barros?

A certeza de que só o coração d'este cavalheiro obstou ao castigo do empregado que o accusou de *chantage*, quando em plena repartição disse que o seu director recebera 200$000 réis para conseguir para o sr. Francisco Maria dos Santos Freire o logar de ferramenteiro que havia vagado.

Mais nada.

Ora é pouco para illibar empregados que estão accusados de se locupletarem á custa do estado, ou de consentirem que os seus subordinados se locupletem.

E afinal quando sômos chamados a depôr?

E quando sômos processados?

(Da *Beira Mar*, de 20 de Dezembro de 1909).

* * *

Na campanha que abrimos e temos sustentado contra a repartição das Obras Publicas do districto vamos acompanhados pela gente de maior representação d'esta cidade, que reconhece a verdade das nossas accusações e não está disposta a transigir com a pouca vergonha, com a ladroeira que para ahi se está desenvolvendo e que o jornal do sr. Governador Civil substituto, com pasmo de todas as pessoas, sae agora a defender.

E isto nos basta para nos animar no designio que formámos de mostrar incompetentes como são e unicos responsaveis por todas essas falcatruas que temos apontado, o director e o sub-director das Obras Publicas, funccionarios perniciosos aos interesses do districto e absolutamente prejudiciaes aos interesses da nossa terra.

Nós dissémos uma vez n'este jornal que tinhamos em alguma consideração o sr. Paulo de Barros; não vae longe o momento em que, em conta de digno e de escrupuloso, tinhamos o sr. Director das Obras Publicas, mas a verdade é, perante o que se tem passado, termos obrigação moral de reformar a ideia em que estavamos, e de dizer bem alto, em face da moral, da verdade, e da justiça, **que tão bom é o sr. Paulo de Barros, como o sr. Bandeira Neiva, quer dizer, que ambos são maus, péssimos funccionarios, com responsabilidades sérias nas porcarias, falcatruas e indecencias praticadas nos serviços que dirigem, pelo que ambos merecem a mais solemne desconsideração publica pois que procuram encobrir as mais extraordinarias ladreiras na direcção de uma repartição do estado.**

. . . .

Nós já aqui o tinhamos dito.

Na repartição, antes da chegada do sr. inspector Aguilar, foi uma *lufa-lufa*, tudo se legalisou. Appareceram contas certas: receita e despeza condizendo; está tudo bem. D'essa legalisação deu-se copia para o *Progresso de Aveiro*, jornal de que é director o sr. dr. Joaquim Peixinho, governador ci-

vil substituto do districto do Aveiro, que tantas e tantas vezes se referiu, commentou e se revoltou contra os verdadeiros crimes de furto e roubo que se tem praticada na Direcção das Obras Publicas do districto de Aveiro; e o *Progresso de Aveiro* apressa-se, sob a responsabilidade do mesmo sr. dr. Joaquim Peixinho, em fazer a publicação d'essa falsa legalisação, que é perfeitamente immoral, inteiramente indecente, completamente revoltante, não duvidando o mesmo jornal classificar de provadamente honestos e dignos empregados, e funccionarios que o não são ou não o parecem, e atrevendo-se a declarar livres de suspeitas pessoas como as da firma Barros & Neiva, que estão cobertas d'ellas, escandalosamente cobertas d'ellas.

Sentimos a maior estranheza, e declaramos que o artigo do *Progresso* é uma mentira.

Na estrada d'Aveiro a Ilhavo gastaram-se por uma vez 40 carros de pedra, por outra vez 30, e por outra vez, 10, não se empregando outro pessoal que não fossem os cantoneiros.

A despeza foi, pois, no seu maximo, de 80$000 réis e o resto... **sorveu-o o descomunal estomago dos funccionarios intervinientes na conservação e reparação das estradas.**

Positivamente.

* * *

Já nos não dirigimos ao sr. Ministro das Obras Publicas.

Não nos podemos dirigir mais a quem em tão pouca conta tem o seu nome, os seus deveres e os interesses do paiz.

Resta-nos dirigirmo-nos ao publico, para que aprecie este caso de infame escroquerie que tem a protecção das auctoridades e dos politicos progressistas, que se não envergonham de manter á testa de uma repartição publica um individuo que é accusado de *chantage*, de vender por 200$000 réis um emprego publico—e de manter na distribuição e fiscalisação dos dinheiros publicos dois homens que aqui temos accusado da maior corrupção, sem que tenham um lampejo de dignidade para que nos processem, e ao tribunal vão pedir-nos responsabilidades!

Taes funccionarios... taes auctoridades.

Basta de acalmação!

Basta de transigencia!

Acabe-se com a torpe e escandalosa indecencia em que estão todos os serviços publicos, todos os negocios do Estado.

Limpe-se toda essa porcaria.

(Da *Beira Mar*, de 6 de dezembro de 1909.)

* * *

Ainda sobre este momentoso assumpto, recebemos do sr. Evaristo de Souza, residente em Luzo, as seguintes linhas com vista ao sr. João José Pereira Dias:

Ex.mo Senhor

Foi para mim de grande satisfação ver nas columnas do *Democrata*, d'esse jornal que, de cabeça erguida, sabe, com honra, defender a verdade, a noticia de se estar procedendo a uma syndicancia na repartição das Obras Publicas d'Aveiro.

Não é, sr. syndicante, o facto de conhecer irregularidades na referida repartição que me obriga a roubar espaço a este jornal e tempo aos leitores. O que me força a fazel-o é a consciencia e a convicção de republicano que presa a virtude e quer vêr implantado um regimen de moralidade.

Eu não pretendo accusar ninguem injustamente nem que a Republica exerça vinganças sobre qualquer pessoa, seja ella qual fôr.

Eu não aspiro a empregos para que precise ver desempregados aquelles que honestamente teem cumprido o seu dever. Eu não venho escrever um artigo empregando uma linguagem difficil, cheia de phrases rendilhadas que sugestionem ninguem. O meu intuito é apenas esclarecer um facto para que V. Ex.ª não julgue alguns casos de pequena importancia, quando elles parecendo ter pouca, teem muitissima.

Ha tempo iniciou-se uma syndicancia por essa repartição, aos actos d'um funccionario publico por se constar haver coisas assáz melindrosas e de capital importancia. Era este funccionario, Mauricio Fernandes Pimenta, chefe de conservação e residente em Luzo onde resido tambem.

A syndicancia proseguiu e foram apuradas tantos e tão importantes escandalos que não haveria, se se cumprisse a lei á risca, quem livrasse esta creatura dos rigores d'uma penitenciaria posteriores a uma demissão e depois de ser julgado por tribunal competente.

Não succedeu porém assim. O funccionario, contra o qual me não move sombra de má vontade, mas simplesmente por questão de moralidade, continua protegido por empregados superiores a comer ao povo o dinheiro que este, suando, honestamente ganha! E ainda agora vendo que já se não podia fazer mais em seu beneficio foi submettido a uma junta medica que o deu como apto para o serviço, pelo que se não conformou, sendo de novo submettido a outra que, por fim, o deu como impossibilitado, conforme os seus desejos.

Seja porém, como fôr, esteja apto ou não, isso pouco importa. O que revolta é que com estes expedientes se atropele a lei colocando na inatividade um funccionario que devia ser demettido e remettido ao tribunal a responder pelas suas proezas.

Repito, que nem sombras de má vontade me move contra este individuo, mas o que não posso deixar é sem protesto um facto que não só é desmoralisador para as novas instituições como improprio d'um regimen em que os apostolos pregavam justiça e moralidade.

Por isso peço a V. Ex.ª que fassa justiça depois de aclarar bem os factos, para que sejam castigados os delinquentes e louvados os honestos.

Muito desejaria ser chamado a depôr para, verbalmente, poder dizer o que sei pois não deixarei de, sempre que possa, fallar do assumpto até que justiça seja feita, promettendo publicar um documento em que o Ex.mo Sr. Ministro do Fomento verá as proezas de este funccionario, que tanto honra as velhas tradições depostas em 5 d'Outubro.

Isto não representa odio nem vingança, nem perseguição; isto é apontar a quem compete um facto a que se deve dar o devido correctivo porque se a Republica Portugueza, implantada ha mezes, não castigar os escandalos que urge castigar, desacreditar-se-ha porque colaborará nos mesmos desleixos do deposto regimen confiado a *caciques* e empregados publicos prevaricadores que arrastavam o povo á urna por ameaças, por multas perdoadas, por sentenças injustas e por promessas ridiculas.

Ex.mo Sr. Pereira Dias: Espero que V. Ex.ª desembrulhe bem este caso pois deve ser de importancia para a syndicancia de que está encarregado, visto que ha todos os indicios e provas para affirmar que um alto funccionario d'essa repartição protegia o individuo de quem fallo a V. Ex.ª.

Luzo, 9 de abril de 1911.

Evaristo de Souza.

Sessão da Commissão Administrativa Municipal d'Aveiro, de 6 de Abril de 1911.

Presidencia do cidadão dr. Carlos Alberto da Cunha Coelho. Compareceram os vogaes Jayme Ignacio dos Santos, Manuel Augusto da Silva, Pompilio Simões Souto Ratolla, Sebastião Pereira de Figueiredo, Manuel Teixeira Ramalho e Vicente Rodrigues da Cruz.

Acta approvada, em seguida ao que foram presentes e em parte deferidas varias petições para concessão de licenças e alinhamentos em construcção no concelho; e assim

O pedido de 30 dias de licença feito pela ajudante da secção José Estevam do Asylo Escola Districtal; e

O dos negociantes de calçado concorrentes á *Feira da Março* para que nos futuros annos fiquem todas no mesmo arruamento;

A Camara tomou em consideração a participação dada pelo Chefe dos serviços municipaes contra um individuo da Beira Mar que arrancou e partiu uma das bandeirolas com que procede ao serviço do levantamento da planta da cidade; e

Approvou o regulamento para execução do decreto sobre o descanço semanal, mandando-o submetter á approvação superior para poder surtir depois os necessarios effeitos.

Exposição Internacional de turismo em Berlim

Uma exposição internacional de viagem e turismo realisar-se-ha em Berlim de 1 d'abril a 20 de junho do corrente anno.

Esta exposição tem por fim incutir ao publico o gosto pelas viagens, e os paizes extrangeiros unir-se-hão á Allemanha n'esta cooperação.

Este concurso entre as mais bellas regiões do mundo chamará certamente muitos visitantes á exposição. A Austria, a Hungria, a Suissa, a Suecia, a Noruega, a Dinamarca e a Filandia não deixam por este meio pratico de reclame attrahir a si os visitantes da exposição.

A Direcção da exposição emprega a lingua Esperanto para a sua correspondencia internacional

Por intermedio da *Germana Esperanto-Asocio*, foi encarregada a *Universala Esperanto-Asocio* de distribuir pelo extrangeiro uma edição esperantista de prospectos da exposição e de organisar excursões á exposição. A *Universala Esperanto-Asocio* tomará tambem posto na exposição, mostrando ali, por numerosos ducumentos a utilidade do Esperanto para as viagens e relações internacionaes.

Para mais esclarecimentos sobre a exposição, os interessados, expositores ou visitantes, podem dirigir-se ao Delegado da *U. E. A.* em Coimbra, sr. Eugenio Elyseu—R. Corpo de Deus, 50.

Livros, Revistas & Jornaes

«A Aguia»

Sahiu o n.º 8 d'esta revista d'arte e lettras, dirigida por Alvaro Pinto, que encerra os seguintes artigos e desenhos:

Fac-simile d'um soneto de João de Deus; *A elegia das grades*, versos de Mario Beirão; *Cartas ineditas*, II, Camillo Castello Branco; *Palavras d'um desconhecido*, Leonardo Coimbra; *Lavadeirinha Real*, Ricardo Jorge, filho; *Versos para minha mãe*, Augusto Casimiro; *O sêr espitural*, versos de Teixeira de Paschoaes; *O poeta Teixeira de Paschoaes*, Jayme Cortezão; *Soneto*, Julio Brandão; *Tragedia do Sol-posto*, versos de Affonso Duarte; *Coimbra dos estudantes*, Arthur Ribeiro Lopes; *João de Lemos em Anta*, Affonso Duarte; *Deus*, soneto de D. Maria de Castro; *Bibliographia—Por tierras de Portugal y de Espana*, de Miguel Unamono, Teixeira de Paschoaes; *Varias*. Desenhos de Antonio Carneiro, João de Deus, Sanches de Castro, Jayme Cortezão, Virgilio Ferreira e Luiz Filippe.

Cada numero custa apenas 50 réis encontrando-se á venda na *Veneziana Central*, aos Arcos.

«Registo Civil»

Editada pela empreza da *Bibliotheca de Educação Nacional*, com séde em Lisboa, recebemos o folheto n.º 37 da collecção de todos os decretos que teem sido publicados no *Diario do Governo*, desde a data da implantação da Republica, respeitante á recente promulgação da lei do registo civil, o que agradecemos, recommendando a acquisição d'esses folhetos a todos quantos desejem conhecer as leis do paiz com o que não dispenderão mais do que a modica quantia de 50 réis por cada um.

A' venda em todas as livrarias.

A' roda dos "apontamentos„ d'um republicano... desconhecido

Serenamente, pois, dentro do dominio da verdade dos factos, nós demonstrámos que o sr. Manuel Dias tinha mentido em tudo que disséra e mandára dizer para nos desconceituar e pôr em cheque.

Agora, surge o padre Antonio, com uma homilia longa, enfadonha e indigesta perguntando porque estamos contra elle quando, d'antes, tão seu amigo éramos...

O sr. padre Antonio Vieira, ha muito tempo já que era antipathico a esta povoação e tanto que a maior parte do povo negou-se a pagar-lhe. Deve saber ainda que, no ultimo anno que aqui foi capellão, se pagou d'uma verba que não era justo fazel-o. E' melhor não fallar n'isso.

Pois todas essas animosidades eu feri desfazendo sempre que pude para lhe ser agradavel e *aguental-o* ahi. Ultimamente, porém, depois que a commissão, presidida pelo sr. Filippe tomou posse e a contento de todos, ahi estava governando, sem se esperar, inesperadamente, um certo dia, recebeu-se a noticia da sua demmissão.

Descobriu-se, então, a *manobra*, a exoneração preparada pelo sr. padre Antonio a Dias.

Posto, assim, de encontro á vontade de todos e fóra da verdade e da justiça, nós abandonamol-o tambem.

Fui eu, José Vieira, um dos homens que fui chamado ao governo civil e expuz a verdade da situação.

Que o sr. queria continuar aqui é um facto, pois o sr. Manuel Dias, na sua presença, na loja do sr. Ernesto Maia, na occasião do barulho a que assistiu o sr. Bernardo Lopes, disse que esta commissão procedera malcreadamente convidando outro capellão, pois o sr. padre Antonio, se o considerassem, ficaria, de boa vontade.

Adeante. Effeitos da lagrima livre.

Eu não podia offerecer-lhe nem garantir-lhe *para sempre, emquanto quizesse*, um logar que não é meu, mas sim de todos.

Garantir-lhe um logar que não é meu para emquanto quizesse é... redondamente um disparate.

Depois, o sr. padre Antonio, compromette-se quando diz:

Então o sr. não sabe que, **se eu quizesse,** *essa commissão não estava em exercicio pela simples razão de que alguns da antiga não sabiam e estavam resolvidos a só fazer a entrega quando e a quem* **eu mandasse?**

Que vergonha!... Quer dizer:—não havia lei, não havia estatutos a respeitar nem seriedade, nem respeito pelos outros. Era vontade toda poderosa, o arbitrio, a ignorancia, a maldade, que ahi fallava e se impunha!

Que vergonha! As suas palavras o condemnam.

Foi preciso apparecer um homem de vontade e caracter, para tudo entrar na ordem.

Nós não queremos nem quizemos melindral-o. Dissemos a verdade sem olhar a quem podia ferir. Simplesmente.

Emfim, sôa os seus despeitos e os seus odios como puder, lave a sua alma d'essas coisas feias, que agora é tempo santo e não lhe ficam bem.

Cada um tem a sua profissão e, seja ella qual fôr, desde que a sociedade a sanccione e esse individuo a exerça com honestidade e zelo, será um bom e digno cidadão,—faça caixões ou venda cobertores.

Vê-se que o sr. quer achincalhar as profissões dos outros e entrar-lhe, tambem, na sua vida particular. E' o caminho que segue quem se vê perdido.

Não o acompanharemos n'esse proposito que não fica bem ao caracter de um padre e ficamos, por isso, *despolestrados*.

Fique-se em paz.

* * *

Com o sr. Manuel Dias, porém, muda o caso um pouco de figura.

Offendidos, nós procurámos defender-nos e, para isso, servimo-nos de argumentos, que de fórma alguma o attingiam na sua vida particular. Nenhum.

E, fallando no seu emprego, foi para demonstrarmos que não podia ser, em tempo algum, republicano, quem tão anti-democraticamente procedia.

Pois a esse proposito, por causa de essa defeza, que era toda nossa e só a nós interessava, o sr. Manuel Dias cobardemente atacou outras pessoas, vomitou infamias e calumnias sem ter a coragem de as lançar sobre um nome.

Pois já que foi por nossa causa que assim procedeu, nós, que respeitamos a sua vida particular,—temos o dever e o direito de o obrigar a fazer as accusações claras. Vamos, diga tudo, tudo. Vomite tudo, tudo.

Simplificamos-lhe o trabalho: cite nomes e, a cada um, aponte-lhe, adeante, summariamente, as cavillações do seu odio.

Se o não fizer, ficará sendo um nojento calumniador, um refinadissimo malandro e um safadissimo pulha. Erga-se por um momento de foçadissimo capacho e falle.

E antes de terminar, vamos apresentar, por assim nol-o pedirem insistentemente, um documento comprovativo da sua honestidade e do seu caracter.

O original, cuja copia fiel damos abaixo, fica em poder do primeiro signatario e pode ser examinado por quem quizer.

18—3—1910.

J...

Quando fizes-te a compra do bocado de terra ao J... R... e vieste remir o fôro e pagar laudemio, ficou tudo incluido porque só a remissão importava em 22$500 réis. Não pagas-te laudemio—o que me parece ter-te feito um favor de mais de 10$000 réis mas se entenderes que te devo pagar...........................

....

Quer dizer:—um credor pede uma divida e quem paga, como claramente se vê, são os bens do conselheiro.

E' para lhe *respeitar e honrar* a sua memoria que *limpezas* como esta se fazem.

Os mortos não resuscitam e nós nem fazemos commentarios!!!...

Costa do Vallade, 12 de abril de 1911.

Pela commissão,

João Fernandes Filippe
José Vieira dos Santos.

CORRESPONDENCIAS

S. João de Loure, 2

Foi creado n'esta freguezia um posto medico, sendo indigitado para ficar á frente d'elle, o distincto democrata, sr. dr. Diniz Severo, da visinha freguezia d'Eixo.

O local escolhido é o chalet do sr. Antonio Rodrigues Simões, á ponte de S. João de Loure.

Ha a maior satisfação entre estes povos.

═══ Foi creado tambem um posto de registo civil para aqui, sendo nomeado official o nosso correligionario Joaquim Augusto Nunes dos Santos.

Os nossos parabens.

═══ Mal foi publicada a lei eleitoral, logo um *caciquinho* qualquer veio pedir o voto a certo cidadão, nosso correlionario, para a monarchia.

A resposta sabe-se. Entretanto é bom que esses figurões se acautelem porque lhes póde sahir, ás vezes, o gado mosqueiro...

═══ Falleceu ha poucos dias o nosso bom amigo Antonio Prenho, de Pinheiro, que guardou o leito durante algumas semanas.

A' familia enlutada os nossos sentimentos.

═══ Parte breve para Manaus, o sr. Antonio Nunes dos Reis.

═══ Espera-se a creação d'um centro escolar nocturno para esta freguezia, de que muito se carece para instrucção dos adultos.

═══ A assembleia eleitoral d'Alquerubim foi determinado que passe para o visinho logar de Pinheiro, por ser de justiça que se divida a distancia a meio, como fica.

═══ Está entre a safra e o martello a creação d'uma estação postal com distribuidor para esta freguezia esperando-se breve deferimento e exito da parte de quem compete.

═══ Com a invernía que tem feito andam os nossos campos cheios d'agua, prejudicando bastante as pastagem dos gados.

C.

Pará, 26 de março

Sahiu no dia 6 do corrente, o n.º 20 da *Patria Nova*, orgão do *Centro Republicano Portuguez*.

═══ O sr. Arthur Estevam Alves, redactor do *Echo Lusitano*, declarou pela imprensa d'esta capital, que se retirava da vida jornalistica e que deixou a direcção do seu jornal.

Ultimamente o sr. Estevam Alves creou uma situação falsa, como sabem, em vista do seu credo politico não offerecer confiança nem aos republicanos nem aos que se dizem monarchicos.

═══ Circulou n'esta cidade, no dia 2 do corrente, o 1.º numero do *Carbonario Portuguez*, semanario da colonia portugueza.

═══ No dia 13 do corrente, das 2 ás 6 da tarde, choveu torrencialmente, tendo alagado diversas ruas, especialmente a travessa de S. Matheus, Almirante Tamandaré, rua Paes de Carvalho e rua 28 de Setembro, proximo á dacca do Reducto, chegando a agua a attingir a altura d'um metro pelo que invadiu diversos estabelecimentos commerciaes, onde fez prejuizo de muitas dezenas de contos de réis, pois só no estabelecimento dos srs. Azevedo & Silva, são calculados os estragos produzidos pela agua, em 12 contos de réis e na casa do sr. Salvador Costa, em 10 contos.

Estas foram as casas que mais soffreram, posto que outras tambem fossem muitissimo prejudicadas.

═══ O *Centro Republicano Portuguez* fez acquisição da nova bandeira nacional, que içou pela primeira vez no dia 19 do corrente, pois até essa data fluctuou a antiga bandeira do feitio d'aquella que fez parte da revolta de 31 de janeiro, no Porto.

═══ Chegou aqui, no dia 20 do corrente, a bordo do vapor nacional *Bahia*, o sr. dr. José Augusto Magalhães, novo consul de Portugal no Pará. E' o segundo consul que vem para aqui depois da proclamação da Republica Portugueza.

O sr. dr. Magalhães havia sido o ultimo consul da monarchia em Manaus e por esse motivo parece que não ficaram satisfeitos com tal nomeação alguns republicanos portuguezes aqui residentes.

Apezar d'isso, uma commissão do *Centro Republicano*, foi, no dia 21 do corrente, cumprimentar s. ex.ª sendo amavelmente recebida.

═══ Tomou posse no dia 23 do corrente, de chefe de policia, n'esta cidade, o sr. dr. Eloy Simões, que veio substituir o sr. dr. Pires dos Reis. Ao acto, assistiu grande numero de pessoas.

Ao terminar, o dr. Luiz Estevam, apresentou ao novo chefe, a demissão collectiva das auctoridades policiaes, promettendo, o sr. dr. Eloy Simões, tomar em consideração o pedido que lhe fôra solicitado.

C.

Espinho, 8

Haverá crime?...

Deve ser intimado hoje ou ámanhã a comparecer na esquadra da judiciaria do Porto, afim de prestar declarações, o padre David da Motta Pinho, que no dia 22 do mez preterito foi áquella cidade em companhia de sua creada, de nome Guilhermine, que vivia com elle ha cerca de seis mezes e morreu, segundo elle diz, repentinamente, ao sairem d'um estabelecimento onde estiveram a fazer compras.

Sabe-se que o padre David já antes da Guilhermina ir para sua casa, tivera varias intervistas com ella na occasião em que ia ás compras para os patrões.

Ha um ponto importante a averiguar: com que interesse foi elle ao Porto comprar vestuario para a creada depois de haver tantos estabelecimentos aqui?

Morrendo ella no dia 22, porque razão só no dia 23 deu parte á familia da morte, *depois de já estar enterrada*, quando a terra d'ella ficava tão proxima de Espinho?

Mysterio!...

Porque razão mandou o padre a roupa a casa da familia e manifestando a mãe desejos de ir vêr a filha, lhe disseram que não valia á pena, que já lhe não ia dar vida e que havendo muitos caixões no cemiterio seria difficil dar com o da filha?

Mysterio!..

Seja como fôr, é preciso que a policia não se deixe illudir pela astucia de este padre que, segundo consta, tem uma vida toda de mysterios com que é necessario acabar.

Aguardamos o resultado das diligencias a que a policia procede.

C.

Idem, 11

Ainda hoje não podemos dar quaesquer informações ácerca das diligencias a que a policia da judiciaria do Porto procede contra o padre David da Motta Pinho, aqui residente. Apenas sabemos que foi intimado para sabbado, 15, se apresentar no Porto a prestar declarações.

═══ Encontra-se doente de cama o digno administrador d'este concelho, sr. dr. Pinto Coelho.

Desejamos-lhe um prompto restabelecimento.

C.

Pinheiro, 11

Realisou-se, como estava annunciado, o comicio de propaganda republicana em Albergaria-a-Velha, ao que assistiu o nobre governador, sendo por vezes interrompidos os oradores com aplausos freneticos. Assistiram tres bandas de musica. Cabem justos encomios aos promotores de tão importante manifestação.

═══ E' propicio o momento visto que estamos a dois passos das eleições, dar como certa a noticia de que a assembleia eleitoral de Alquerubim passa para a freguezia de S. João de Loure com séde na casa da escola do logar de Pinheiro. Não resta a menor duvida de que esta medida é d'uma grande commodidade para as referidas freguezias, em virtude da grande distancia que as separa.

═══ O povo espera com certa anciedade a vinda d'um medico para S. João, ha muito reclamada pela opinião publica. Pela aposentação do sr. dr. Lemos, creio que vem substituil-o o nosso bom amigo, dr. Diniz Severo, clinico abalisado e já bastante conhecido entre nós.

═══ Segundo nos consta, o sr. Amador passa brevemente o seu estabelecimento a uma sociedade composta pelos cidadãos Delfim Correia de Mello e David Pereira Lemos, a quem desejamos amplas prosperidades.

═══ A geada que nas ultimas noutes tem cahido, produziu avultados estragos nas nossas sementeiras, especialmente nos batataes.

Não ha memoria d'este phenomeno tão tardiamente.

C.

Torres Vedras, 4

O nosso amigo e assignante, Joaquim da Maia, de Alumieira, agradece por este meio a todas as pessoas que acompanharam á sua ultima morada os restos mortaes de sua esposa, fallecida em Mataduços, significando a todos o seu profundo reconhecimento.

═══ Retirou para Alumieira, onde vae passar alguns dias com sua familia, o sr. Manuel da Cunha Ferreira, socio da firma Amaral, Maia & Irmão.

Rema.

Agradecimento

Francisco Dias da Silva e seu irmão Antonio Dias da Silva, de Cacia, veem por este meio agradecer á população da sua freguezia e com especialidade ás pessoas que os acompanharam no doloroso transe porque a morte inesperada do seu chorado pae os fez passar, todos os seus obsequios bem como a deferencia que tiveram em acompanhar á sua ultima morada os despojos do extincto.

Não podemos deixar de especialisar n'este publico agradecimento, o illustre presidente da Commissão Parochial Republicana, sr. João Affonso Fernandes pelo valioso auxilio prestado a toda a familia, sem esquecer, todavia, tantos e tantos amigos que desde a sua chegada de Lisboa até ao seu novo regresso a esta cidade, tantas provas deram da sua dedicação e amizade.

A todos, pois, o seu indelevel reconhecimento com a desculpa d'alguma falta involuntaria que porventura houvessem commettido.

Lisboa, 5 de Abril de 1911.

A todos os nossos assignantes rogamos o favor de nos avisarem sempre que mudem de residencia e bem assim de fazerem acompanhar todas as suas reclamações do n.º da cinta do jornal.

Annuncios